



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Escola Superior de Contas – ESCON**  
**Conselheiro José Renato da Frota Uchôa**  
**IX Encontro de Atualização Administrativa**

**17 a 26 de fevereiro de 2014**

**17 a 21 de março de 2014**

## **PENSÃO**

**Apresentação:**

**Maria Gleidivana Alves de Albuquerque**  
**Auditor de Controle Externo e Chefe da Divisão**  
**de Inativos e Pensionistas - Civil**

# COMPETÊNCIA

## Constituição Federal:

Art. 71: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reforma e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

# COMPETÊNCIA

## Constituição Estadual (Rondônia):

Art. 49: O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade:

b) das concessões de aposentadorias, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias que não alterem o fundamento legal do ato concessório.



# COMPETÊNCIA

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – LC nº 154 de 26/07/96:

Art. 1º: Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar:

# COMPETÊNCIA

V – apreciar, para fins de registro na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, pelos poderes estaduais e municipais, bem como a das concessões de aposentadoria, reserva remunerada, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

# COMPETÊNCIA

## Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – Resolução Administrativa nº 005/TCERO-96:

Art. 54: O Tribunal apreciará, para fins de registro ou exame, os atos de:

II – concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório inicial.



# **DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO**

Art. 29 da Instrução Normativa n. 13/TCER-2004 -  
Pensão civil:

- I – requerimento do beneficiário;
- II – cópia da certidão de óbito;
- III – cópia da ficha de assentamentos funcionais;
- IV – documento contendo relação nominal dos beneficiários com indicação do grau de parentesco, assinado pelo servidor ou militar;
- V - cópia do documento comprobatório da relação de parentesco do requerente com o instituidor da pensão;





# **DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO**

- VI - cópia do ato concessório, constando sua fundamentação legal, nome do instituidor e dos beneficiários da pensão, com a indicação do grau de parentesco, data do óbito, cargo, data da vigência do benefício e, indicação da cota-parte correspondente a cada beneficiário;
- VII - cópia da publicação do ato concessório;
- VIII - planilha de pensão, elaborada conforme formulário - anexos TC-35 ou TC-36;
- IX - cópia do contracheque ou ficha financeira da última remuneração percebida pelo servidor civil ou militar;





# **DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO**

X – declaração de dependência econômica, se for o caso;

XI – informação do órgão de origem sobre a condição de ativo ou inativo na data do falecimento e, se com proventos integrais e proporcionais;

XII – comprovação de guarda ou tutela quando se tratar de menor.





# **PRAZO PARA A REMESSA DA** **DOCUMENTAÇÃO E RITO** **SUMÁRIO**

Art. 37 da IN n. 13/TCER-2004: Os processos relativos à concessão de Aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão, de que tratam os artigos **26, 27, 28, 29 e 30 desta Instrução Normativa**, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas, **no prazo dez (10) dias, contados da publicação do ato concessório no Diário Oficial.**

A IN n. 38/2013/TCE-RO, acrescentou dispositivo à IN n. 13/TCER-200 (art. 37 – A), para fim de adoção do exame sumário relativo a processos de aposentadoria, reforma e pensão.



# **RESOLUÇÃO N. 037/TCE-RO/2006**

Art. 2º: Os feitos submetidos a julgamento ou apreciação do Tribunal de Contas serão protocolados e **somente autuados quando acompanhados da documentação estabelecida nas normas regulamentares pertinentes.**

Parágrafo único. **Em caso de apresentação incompleta da documentação exigida, a Divisão de Expediente comunicará ao interessado para que no prazo de 15 (quinze) dias providencie a devida complementação, sob pena de devolução à origem e cancelamento do protocolo.**



# **FALHAS FREQUENTES:**

- 1 – Ausência da documentação exigida pela IN 13/TCER-2004;**
- 2 – Ausência de Parecer do Controle Interno, em desatenção ao que preceitua o art. 55 do Regimento Interno desta Corte de Contas (Resolução Administrativa nº 005/TCER-96);**
- 3 – Remessa intempestiva da documentação exigida pelo TCE/RO;**



# **FALHAS FREQUENTES:**

## **4 – Fundamentação legal:**

- equívoco quanto à legislação infraconstitucional (citação da legislação errada ou artigos errados);
- equívoco na citação do texto constitucional (omissão da emenda constitucional pertinente ou citação da emenda errada).



# **FALHAS FREQUENTES:**

O Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que, em matéria previdenciária, a lei de regência é a vigente ao tempo em que reunidos os requisitos para a concessão do benefício - princípio *tempus regit actum*.

Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça sumulou tal entendimento:

- Súmula nº 340 – A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

# **FALHAS FREQUENTES:**

O TCE/RO possui o entendimento no sentido de que a “pensão deve ser concedida com fundamento na norma legal vigente à época da ocorrência do fato gerador” (Parecer Prévio nº. 40/2005-Pleno, item “b”).

**Pensão Derivada:** É a pensão derivada da aposentadoria com base na regra do direito adquirido (art. 3º, da EC n. 20/98), que tem por extensão o direito à paridade e, por força do que dispõe o art. 7º, da EC n. 41/03.





# **FALHAS FREQUENTES:**

## **EC n. 20/98**

Art. 3º: É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.



# **FALHAS FREQUENTES:**

## **EC n. 41/03**

Art. 7º: Observado o disposto no [art. 37, XI, da Constituição Federal](#), os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda,



# **FALHAS FREQUENTES:**

serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.



# **FALHAS FREQUENTES:**

## **5 – Proventos:**

**Fato gerador ocorrido na vigência da redação original da Constituição Federal**

- Fundamentação Legal: Art. 40 § 5º da Constituição Federal (redação original) c/c a lei concessória (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).



# **FALHAS FREQUENTES:**

- Proventos (art. 40, §5º da CF/88, redação original): O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.



# **FALHAS FREQUENTES:**

- Paridade: (art. 40, § 4º da CF/88, redação originária): Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo, função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.



# **FALHAS FREQUENTES:**

## **Fato gerador ocorrido na vigência da Emenda Constitucional n. 20/98**

- Fundamentação Legal: Art. 40 § 7º da Constituição Federal (com redação dada pela EC n. 20/98) c/c a lei concessória (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).





# **FALHAS FREQUENTES:**

- Proventos: (art. 40, §7º da CF/88, com redação dada pela EC n. 20/98): Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no §3º.



# **FALHAS FREQUENTES:**

- Paridade (art. 40, § 8º da CF/88, redação dada pela EC n. 20/98): Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.



# **FALHAS FREQUENTES:**

## **Fato gerador ocorrido na vigência da Emenda Constitucional n. 41/03**

- Fundamentação Legal: Art. 40 § 7º, inciso I ou II da Constituição Federal, com redação dada pela EC n. 41/03 (caso o servidor falecido seja aposentado ou tenha falecido em atividade), c/c a lei concessória (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).



# **FALHAS FREQUENTES:**

- Proventos: Aplicação de redutor (Art. 40, § 7º, I ou II da CF/88, com redação dada pela EC n. 41/03): Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito;  
ou



# **FALHAS FREQUENTES:**

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.



# FALHAS FREQUENTES:

- Sem paridade: (Art. 40, § 8º da CF/88, com redação dada pela EC n. 41/03): É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

**OBS:** Em qualquer situação deve ser observado o que dispõe o art. 40, § 2º da CF/88 (redação dada pela EC n. 20/98): Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.



# **FALHAS FREQUENTES:**

## **Cálculo do valor da Pensão:**

### **Exemplo 1**

- Valor da remuneração/proventos do servidor falecido: R\$ 2.500,00
- Valor da pensão por morte: R\$ 2.500,00

### **Exemplo 2**

- Valor da remuneração/proventos do servidor falecido: R\$ 5.000,00
- Valor da pensão por morte:  $(5.000,00 - 4.390,24) =$   
 $R\$ 609,76 \times 70\% = 426,83 + 4.390,24 = 4817,07.$





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Escola Superior de Contas – ESCON**  
**Conselheiro José Renato da Frota Uchôa**  
**IX Encontro de Atualização Administrativa**  
**17 a 26 de fevereiro de 2014**  
**17 a 21 de março de 2014**

**FIM**

**Maria Gleidivana Alves de**  
**Albuquerque**  
**(69) 3223-2821**  
**[maria.gleidivana@tce.ro.gov.br](mailto:maria.gleidivana@tce.ro.gov.br)**